

ÍNDICE

Introdução: Guerra e Revolução	13
Capítulo Primeiro: O Significado da Revolução	23
Capítulo Segundo: A Questão Social	62
Capítulo Terceiro: A Procura da Felicidade	119
Capítulo Quarto: Fundação I: Constitutio Libertatis	146
Capítulo Quinto: Fundação II: Novus Ordo Saeclorum	186
Capítulo Sexto: A Tradição Revolucionária e o Seu Tesouro Perdido	223
Notas	291
Bibliografia	325

Introdução

GUERRA E REVOLUÇÃO

Guerras e revoluções — como se os acontecimentos apenas se tivessem apressado a cumprir a profecia de Lenine — caracterizaram até agora a fisionomia do século xx. E, distintas das ideologias do século xix — como nacionalismo e internacionalismo, capitalismo, socialismo e comunismo, que, embora ainda invocadas por muitos como causas justificativas, perderam contacto com as realidades principais do nosso mundo —, a guerra e a revolução constituem ainda as duas questões políticas centrais. Elas sobreviveram a todas as suas justificações ideológicas. Numa constelação que opõe a ameaça de aniquilamento através da guerra à esperança da emancipação da espécie humana por meio da revolução — levando um povo após outro, em rápida sucessão, «a assumir entre as potências terrestres a posição distinta e igual a que Deus e as leis da Natureza lhes dão direito» — nenhuma causa resta excepto a mais antiga de todas, a única, de facto, que desde o início da nossa história determinou a própria existência da política, a causa da liberdade contra a tirania.

Isto é em si mesmo bastante surpreendente. Sob o assalto combinado das «ciências» que colocam no seu devido lugar a psicologia e a sociologia, nada pareceu, na verdade, mais definitivamente sepultado do que o conceito de liberdade. Até os revolucionários, que podíamos supor estarem segura e até inexoravelmente ancorados numa tradição que sem a noção de liberdade mal podia ser descrita e muito menos ter sentido, preferiram reduzi-la ao nível de um pre-

conceito da classe média a admitir que a finalidade da revolução era e sempre foi a liberdade. Contudo, mesmo sendo espantoso verificar como a própria palavra liberdade podia desaparecer do vocabulário revolucionário, não foi talvez menos assombroso ver como em anos recentes a ideia de liberdade se introduziu nos mais graves debates políticos actuais: a discussão da guerra e do uso justificado da violência. Historicamente, as guerras fazem parte dos fenómenos mais antigos do passado, enquanto as revoluções propriamente ditas não existiam antes da idade moderna; encontram-se entre os principais factos políticos mais recentes. Em contraste com a revolução, o objectivo da guerra só em raros casos se ligava à noção de liberdade; e embora seja verdade que os levantamentos contra um invasor estrangeiro foram frequentemente tidos como sagrados, nunca foram reconhecidos em teoria ou na prática como as únicas guerras justas.

A justificação das guerras, mesmo num nível teórico, é bastante antiga, embora, é claro, não tão antiga como a táctica militar organizada. Entre os seus óbvios requisitos está a convicção de que as relações políticas no seu curso normal não caem sob a alçada da violência, convicção que encontramos pela primeira vez na antiguidade grega, na medida em que a *polis* grega, a cidade-estado, se definia explicitamente a si própria como uma maneira de viver exclusivamente baseada na persuasão e não na violência. (Que isto não eram palavras vãs, ditas para engano próprio, demonstra-o entre outros factos o costume ateniense de «persuadir» os condenados à morte a suicidarem-se bebendo a taça de cicuta, poupando assim, em todas as circunstâncias, o cidadão ateniense à indignidade da violação física.)

Contudo, como para os gregos a vida política não ultrapassava, por definição, os muros da *polis*, o emprego da violência parecia-lhes estar para além da necessidade de justificação no âmbito daquilo a que hoje se chama negócios estrangeiros ou relações internacionais, embora a sua política externa, com excepção das guerras pérsicas perante as quais toda a Hélade se uniu, pouco mais tivesse a ver do que com as relações entre cidades gregas. Fora dos muros da *polis*, fora do domínio da política, no sentido grego da palavra, «os fortes faziam o que podiam e os fracos sofriam o que deviam» (Tucídides).

Temos, portanto, de passar à antiguidade romana para encontrar a primeira justificação da guerra, juntamente com a primeira noção de haver guerras justas e injustas. Todavia, as distinções e justificações romanas não se referiam à liberdade e não distinguiam entre guerra de agressão ou de defesa. «A guerra que é necessária é justa», disse Tito Lívio, «e sagradas são as armas quando só nelas há esperança» (*Iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est*). A necessidade, desde a época de Tito Lívio e pelos séculos fora, tem significado muitas coisas consideradas hoje por nós suficientes para apelidar uma guerra de injusta de preferência a justa. Conquistas, expansões, defesa de direitos adquiridos, conservação do poder para promover poderes novos e ameaçadores ou sustentar o equilíbrio de determinado poder — todas estas realidades bem conhecidas da política de força não só foram realmente as causas da eclosão de muitas guerras da história, como também reconhecidas como «necessidades», isto é, motivos legítimos para invocar a decisão pelas armas. A noção de que a agressão é um crime e de que as guerras só podem justificar-se para a repelir ou evitar apenas adquiriu o seu significado prático e até teórico depois da Primeira Guerra Mundial ter demonstrado a horrível potencialidade destrutiva da guerra nas condições da tecnologia moderna.

Talvez seja por causa desta evidente ausência do argumento da liberdade nas justificações tradicionais da guerra como último recurso da política internacional, que temos uma sensação curiosa e chocante quando o vemos introduzir hoje na discussão do problema da guerra. Avançar alegremente com um argumento do género «liberdade ou morte» em face do potencial de destruição, inconcebível e sem precedentes, da guerra nuclear, nem sequer é falso, é perfeitamente ridículo. Na realidade, parece tão evidente que é coisa muito diferente arriscar a vida pela vida e liberdade da pátria e da nossa posteridade, e arriscar a própria existência da espécie humana pelo mesmo fim, que é difícil não suspeitar da má fé dos defensores dos *slogans* «antes morto que vermelho» ou «antes a morte que a escravidão». O que naturalmente não quer dizer que o contrário, «antes vermelho que morto», seja mais recomendável; quando uma antiga verdade deixou de ter aplicação não se torna mais verdadeira por a virarmos ao contrário. Naturalmente, na me-

dida em que hoje em dia a discussão do problema da guerra é conduzida nestes termos, é fácil descobrir um pensamento reservado em ambos os lados. Aqueles que dizem «antes morto que vermelho» pensam realmente: «os prejuízos podem não ser tão grandes como se espera, a nossa civilização sobreviverá»; enquanto os que dizem «antes vermelho que morto», na realidade pensam: «a escravidão não será assim tão má, o homem não mudará a sua natureza, a liberdade não desaparecerá para sempre da terra.» Por outras palavras, a má fé dos argumentadores manifesta-se em ambos iludirem a absurda proposta alternativa por eles próprios; no fundo não são sérios^{*1}.

É importante recordar que a ideia de liberdade foi introduzida no debate do problema da guerra só depois de se ter tornado evidente que chegámos a um estado de desenvolvimento técnico em que os meios de destruição eram de molde a excluir o seu uso racional. Por outras palavras, a liberdade apareceu neste debate como um *deus ex machina* para justificar o que em bases racionais se tornou injustificável. Será de mais ver na actual confusão, bastante desanimadora, de problemas e argumentos, uma indicação auspiciosa de que se poderá dar uma profunda mudança nas relações internacionais, nomeadamente o desaparecimento da guerra da cena política, mesmo sem uma transformação radical das relações internacionais e sem uma mudança interior do coração e do pensamento dos homens? Não será possível que a perplexidade actual neste assunto indique a nossa falta de preparação para um desaparecimento da guerra, a nossa incapacidade de pensarmos em termos de política externa sem ter na ideia essa «continuação por outros meios» como seu último recurso?

Independentemente da ameaça do aniquilamento total, que possivelmente novas descobertas técnicas tais como uma bomba especial ou um míssil antimíssil poderiam eliminar, há alguns indícios que apontam nesta direcção. *Primeiro*, o facto de as sementes da guerra total se terem desenvolvido logo durante a Primeira Guerra Mundial, quando a distinção entre soldados e civis já não era respeitada por ser incompatível com as novas armas então usadas. Esta distinção foi sem dúvida, em si mesma, um facto relativamente moderno,

* As notas numeradas encontram-se no fim do livro.

e a sua prática extinção significa apenas o que significou a inversão da tática da guerra na época em que os romanos varreram Cartago da face da terra. Contudo, perante as modernas circunstâncias, este aparecimento ou reaparecimento da guerra total tem um significado político muito importante na medida em que contradiz a suposição básica em que assenta a ligação entre os ramos civil e militar do governo: a função do exército é proteger e defender a população civil. Pelo contrário, no nosso século a história da guerra poderia contar-se como o relato da crescente incapacidade do exército em desempenhar tal função básica; até agora a estratégia de intimidação modificou abertamente o papel protector da força armada para o de um vingador tardio e essencialmente inútil.

Estreitamente ligado com esta deturpação da relação entre o estado e o exército, temos em *segundo* lugar o facto, pouco notado mas bastante digno de nota, de que, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, esperamos, quase automaticamente, que nenhum governo, nenhum estado ou forma de governo seja suficientemente forte para sobreviver a uma derrota na guerra. Esta manifestação pode verificar-se desde o século XIX, quando à guerra Franco-Prussiana se seguiu em França a mudança do Segundo Império para a Terceira República; e a Revolução Russa de 1905, que se seguiu à derrota da Guerra Russo-Japonesa, foi certamente um sinal ameaçador do que espera os governos no caso de derrota militar. Seja como for, uma mudança revolucionária de governo, provocada pelo próprio povo, como após a Primeira Guerra Mundial, ou imposta do exterior pelas potências vitoriosas com a exigência de rendição incondicional e a organização de tribunais de guerra, está hoje em dia entre as consequências mais seguras da derrota na guerra — a não ser, naturalmente, o aniquilamento total. No nosso contexto não tem importância se este estado de coisas é devido a um efectivo enfraquecimento do governo como tal, à perda de autoridade das entidades no poder, ou se nenhum estado ou governo, por mais sólido que seja e por maior confiança que mereça aos seus cidadãos, poderá suportar o terror sem paralelo da violência desencadeada sobre toda a população pela guerra moderna. A verdade é que, mesmo antes do horror da guerra nuclear, as guerras se tornaram politicamente, embora não ainda biologicamente, uma questão de vida ou de morte. E isto sig-

nifica que nas condições da guerra moderna, ou seja, desde a Primeira Guerra Mundial, todos os governos têm sido a prazo.

O *terceiro* facto parece indicar uma mudança radical na própria natureza da guerra pela introdução da intimidação como princípio condutor da corrida ao armamento. Porque é realmente verdade que a estratégia de intimidação «tem por objectivo evitar, de preferência a ganhar, a guerra que pretende estar a preparar. Visa conseguir os seus fins por meio de uma ameaça nunca realizada, de preferência à própria acção»². Certamente que a concepção de que a paz é o objectivo da guerra e, portanto, de que uma guerra é a preparação para a paz, é tão antiga como Aristóteles, e a pretensão de que a finalidade de uma corrida ao armamento é a manutenção da paz é ainda mais antiga, isto é, tão velha como a descoberta da falsa propaganda. Mas a questão principal é que, hoje, evitar a guerra não só é a verdadeira ou pretensa finalidade de uma política generalizada, mas também se tornou o princípio condutor das próprias preparações militares. Por outras palavras, os exércitos já não se preparam para uma guerra que os estadistas esperam que nunca se desencadeie; o seu objectivo tornou-se aperfeiçoar armas que tornem impossível a guerra.

Além disso, está totalmente na linha destes esforços, por assim dizer paradoxais, uma possível e importante substituição das guerras «quentes» pelas guerras «frias», que se torna nitidamente perceptível no horizonte da política internacional. Não pretendo negar que o actual e, esperemos, temporário recomeço das experiências atómicas das grandes potências vise principalmente novos progressos e descobertas técnicas; mas parece-me inegável que estas experiências, ao contrário das precedentes, são também instrumentos políticos e, como tais, o aspecto sinistro de uma nova espécie de manobra em tempo de paz, envolvendo na sua execução, não os dois inimigos fictícios das vulgares manobras militares, mas, pelo menos potencialmente, os verdadeiros inimigos. É como se a corrida ao armamento nuclear se tivesse transformado numa espécie de tentativa de guerra em que os oponentes demonstram um ao outro a capacidade de destruição em seu poder; e conquanto exista sempre a possibilidade de este jogo de «se» e «quando» se transformar de repente na realidade, de modo nenhum é inconcebível que um dia a vitória e a derrota possam terminar uma guerra que, na realidade, nunca eclodiu.